

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA DO RECIFE

THE IMPORTANCE OF THE RECIFE SCHOOL

Alfredo de Oliveira Moraes¹

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v3i2.127>

RESUMO: O texto desenvolve uma reflexão filosófica e histórico-crítica sobre a Escola do Recife, compreendida como a primeira escola sistemática do pensamento filosófico em solo brasileiro. Partindo da necessidade de recuperar historicamente o sentido e a importância de uma escola filosófica, o autor defende que a filosofia se realiza inseparavelmente de sua história e que a apropriação crítica desse legado é condição para seu dever contemporâneo. Nesse horizonte, a Escola do Recife é analisada como um movimento intelectual marcado pelo debate, pela abertura ao pensamento alemão — especialmente mediado por Tobias Barreto e Sílvio Romero — e pelo compromisso com as urgências políticas, jurídicas e sociais de seu tempo, como a abolição da escravidão, a cidadania e a ampliação dos direitos. Por meio de um diálogo com a tradição filosófica, que remonta à Escola de Mileto e ao modelo dialógico mestre-discípulo, o texto sustenta que a Escola do Recife instaurou no Brasil um modo de filosofar crítico, histórico e engajado. Por fim, problematiza-se a exclusão dessa tradição dos currículos de Filosofia, apontando fatores como preconceitos regionais, raciais, políticos e econômicos, bem como estratégias de dominação cultural, defendendo a necessidade de reatualizar a Escola do Recife no século XXI como tarefa filosófica e formativa.

PALAVRAS-CHAVE: Escola do Recife; filosofia brasileira; Tobias Barreto; Sílvio Romero; história da filosofia.

ABSTRACT: The text presents a philosophical and historical-critical reflection on the Recife School, understood as the first systematic school of philosophical thought in Brazil. Starting from the need to historically recover the meaning and relevance of a philosophical school, the author argues that philosophy is inseparable from its own history and that the critical appropriation of this legacy is a necessary condition for its contemporary becoming. Within



1 Doutor em Filosofia pela UFRGS, Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco, aposentado, membro do corpo docente do Mestrado Profissional de Filosofia – Núcleo UFPE.

this framework, the Recife School is analyzed as an intellectual movement marked by debate, openness to German thought — especially through the mediation of Tobias Barreto and Sílvio Romero — and a strong commitment to the political, legal, and social urgencies of its time, such as the abolition of slavery, citizenship, and the expansion of rights. Drawing on the philosophical tradition, from the School of Miletus to the dialogical master-disciple model, the text argues that the Recife School established in Brazil a critical, historical, and engaged mode of philosophizing. Finally, the systematic exclusion of this tradition from philosophy curricula is problematized, highlighting regional, racial, political, and economic prejudices, as well as mechanisms of cultural domination, and defending the reactivation of the Recife School in the twenty-first century as a philosophical and educational task.

KEYWORDS: Recife School; Brazilian philosophy; Tobias Barreto; Sílvio Romero; history of philosophy.

“O padrão intelectual da Escola do Recife constitui realmente uma atitude intelectual bastante característica. Entre os modos de filosofar que têm ocorrido em nosso país, aquele padrão teve sua eficácia, cuja compreensão e valorização, diante da circunstância correspondente, nos compete tentar.” (Saldanha, N. – A Escola do Recife, p.XXIV).

Começo indagando: Por que Escola do Recife? Que tipo de Escola? E mais, qual a importância da Escola do Recife? Tem realmente alguma importância? O que caracteriza uma Escola Filosófica? Suponho que é preciso resgatar a história de uma perspectiva filosófica para situar e explicitar essas questões.

Uma assertiva atribuída a um orador da antiga Roma, nos assegura que *quem não conhece a sua história permanece sempre infantil*, isto no sentido negativo de pueril, ingênuo, sujeito reduzido à coisidade em relações de dominação e alienação. Nesse sentido conhecer os processos históricos que deram origem ao presente é tarefa necessária e sempre renovada em sua urgência a cada geração. Compreender o encadeamento dos acontecimentos em sua diacronia é sempre uma condição para apreender o presente na vertiginosa sincronia do seu acontecer.

E, se a Filosofia se confunde com a sua própria história, essa ciência mais do que qualquer outra põe como exigência de sua efetividade a apropriação do legado histórico para o desafio de sua metamorfose, na recriação do instrumental teórico ao qual o árduo trabalho do conceito,

levado a efeito pelas gerações precedentes, convoca a nova geração a supracumir as suas realizações.

Por conseguinte, não é possível dispensar-nos a tarefa de apropriação da Escola do Recife, posto que ela constitui, como pioneira Escola do Pensamento Filosófico em solo brasileiro, o ponto de partida originário a ser considerado; e, se admitirmos que “o verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento” (Hegel, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. 7 ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 36). Teremos:

- a. Por um lado, a tarefa de rememorar a Escola do Recife, sendo esse rememorar um re-efetuar o seu pensar; e,
- b. Por outro lado, assumir o labor de implementar o seu devir, o que exige tanto o conhecimento dos caminhos e descaminhos do pensamento até nós, como fazer exsurgir no nosso fazer filosófico uma Escola do Recife no Século 21.

Para o rememorar há que se dedicar à leitura filosófica atenta do acervo bibliográfico legado pelos fundadores e continuadores da Escola do Recife, mas, também e com o mesmo afincamento para assumir o seu devir há que se promover debates, simpósios, congressos, intercâmbios que possibilitem a apropriação efetiva de sua riqueza intelectual.

Segundo entendo, o devir da Escola do Recife, implica um duplo movimento de redimensionamento dos seus traços característicos:

1. o “alemanismo” que conforme Sílvia Romero, um dos seus proeminentes fundadores, “consiste em ensinar e demonstrar o valor, a importância, a influência política, social, histórica do elemento teutônico na civilização mundial”, não como mera admiração ingênua, mas numa atitude crítica de “assimilação da cultura e do pensamento alemão, como meio de fortalecer-nos a nós mesmos e habilitar-nos a lutar”, reconhecendo o “alargamento inegável que o conhecimento da vida espiritual daquele grande povo traz ao pensamento não só dos brasileiros, como de qualquer nação que o estude e assimile.” (Romero, S. – *História da Literatura Brasileira*, 7 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980, pp. 306/307, v. 1). Considere-se que esse esforço grandioso terá de ser também ampliado de modo a abranger a contribuição efetiva de outros povos igualmente relevantes para o momento em que vivemos.

2. A partir da ampliação do “alemanismo”, incluindo-se aí a contribuição do *modus operandi* da Escola do Recife, sobretudo, consagrado na atuação de Tobias Barreto, cuja presença na origem do movimento que se fará conhecido como Escola do Recife, jamais será suficientemente reconhecido dada a sua relevância intelectual e sua práxis existencial, por exemplo, na libertação dos escravos que por herança se tornaram sua propriedade, no município de Escada-PE. Ao que é preciso acrescentar a contribuição de tantos brasileiros de outras regiões do país que aqui acorreram ou que desde seus lugares assimilaram e reconheceram e ainda hoje reconhecem com gratidão o legado da Escola do Recife.

Causa estranheza a alguns a referência elogiosa ao pensamento alemão, que marca indelevelmente a Escola do Recife, no entanto, basta um olhar rápido na história da construção do pensamento ocidental, que saltará à vista essa relevância, como se pode facilmente constatar, há dois períodos e dois povos cujas contribuições são imprescindíveis à formação do nosso pensar, quais sejam: o povo grego antigo, no período de Tales de Mileto a Plotino; e o povo alemão, no período de Leibniz a Escola de Frankfurt. E não só na Filosofia, o que já é muito, mas igualmente nas artes e ciências particulares.

E, tendo nos referido à antiga Grécia, aproveitemos para trazer à tona o que caracteriza uma Escola Filosófica. Não é desconhecido de ninguém que transita no meio filosófico que Tales de Mileto inaugura o que denominamos Filosofia, seja, a sua razão de ser, seu *modus operandi*, seu compromisso com a realidade efetiva em seu ocupar-se com as urgências de seu tempo e lugar.

Quando leio nos manuais de filosofia sobre Tales de Mileto, observo que é lugar comum que se atenham a uma leitura dele exclusivamente como alguém que se dedicou à Metafísica e a Ontologia, sem que nisso tivesse implícito qualquer compromisso com o momento histórico em que ele viveu, não há referências ao contexto político, de que Mileto, como as demais cidades da Jônia, estava sob o domínio de Atenas e que esse domínio não era exercido pela espada, mas pela dimensão mitológica; Acreditando que os antepassados atenienses que lhes proveram os meios de alcançarem e se assentarem na Jônia, tinham de receber uma parte do que produziam, não só por terem sido seus financiadores, mas e principalmente, por terem

ficado em Atenas cultuando os deuses que eram a origem do Cosmos e sem isso tudo voltaria ao Caos.

Assim, a “descoberta” de Tales de que a água é a *arké*, isto é, a origem e substância principal do Cosmos, propiciou a que Mileto pudesse figurar entre as primeiras colônias a se libertarem do julgo ateniense. Mais tarde dirá Lênin – não há revolução sem uma teoria da revolução. Tales forneceu a teoria necessária à libertação, seu pensamento filosófico é filho de seu tempo, atende às urgências de seu tempo e lugar.

Com efeito, se Tales inaugura a Filosofia, seus discípulos inauguram a nova relação mestre-discípulo, já não seguem o modelo oriental dessa relação, no qual o discípulo de um mestre budista, por exemplo, não pode contradizer o seu mestre e não se julga capaz de ir além, alcançar verdades para além das ensinadas por seu mestre.

Ora, Anaximandro e Anaxímenes reverenciam Tales por sua sabedoria, mas discordam dele quanto à natureza do princípio, por exemplo, Anaximandro reconhece que Tales está certo em afirmar que é possível aceder à verdade da *arké*, dispensando a ajuda dos deuses, expor um conhecimento adquirido no âmbito estrito da experiência humana, que não é mera *Dóxa* = opinião, mas *Sofia* = sabedoria humana, um saber sistematizado e demonstrado racionalmente = *episthémē*. Na sua argumentação, Anaximandro, afirma que a *arké* não pode ser a água e nenhum dos elementos conhecidos, a *arké* deve ser o *ápeirón*, o que não se deixa determinar.

Assim, Tales e seus discípulos inauguram no *modus operandi* da Filosofia, o traço característico do debate e do movimento em que o pensamento filosófico, longe de ser um campo de lutas e antagonismos, é uma odisseia do espírito na qual o suprasumir (negar, conservar e elevar) dá o tom de seu desenvolvimento. E eis nascida a Escola de Filosofia de Mileto! Significa dizer: uma reunião de filósofos que interagem num diálogo respeitoso, no qual o ego cede lugar à busca sincera e determinada da verdade do objeto de conhecimento a que se dedicam, desse modo, na Escola de Atenas, um discípulo referindo-se implicitamente ao seu mestre, assevera – “a piedade exige que honremos a verdade acima de nossos amigos.” (Aristóteles, *Ética à Nicômaco*, livro I, §6, p. 252).

Na Escola do Recife os debates eram calorosos, sobre modo, os que aconteceram entre Tobias Barreto e Sílvio Romero, dois grandes amigos e admiradores recíprocos, filhos do Estado de Sergipe e os nomes mais proeminentes entre os fundadores da Escola, de início se debatia sobre

literatura e aos poucos a Filosofia foi se tornando dominante na cena, até fazer-se objeto principal nas temáticas pertinentes ao Direito, a Política e a Sociedade.

Tais debates ocorridos no Campus da Faculdade de Direito do Recife foram determinantes para a imagem dessa Instituição como um espaço promissor de realização da ideia de liberdade, fazendo com que brasileiros de Estados outros e até de fora dos limites nordestinos aqui viessem estudar. Sendo este o principal difusor das ideias da Escola do Recife e a fonte de sua presença em território nacional.

Antes da Escola do Recife ser culto era sinônimo de ser conhecedor da cultura francesa, àquela época Paris era o centro intelectual/cultural do nosso mundo Ocidental, como não tínhamos centros de altos estudos no Brasil, as famílias abastadas da nossa sociedade enviavam seus filhos para realizarem sua uma formação na Europa, notadamente, nos colégios suíços e nas Instituições de ensino superior da França. A partir do surgimento da Escola do Recife e de sua influência quebra-se a hegemonia exclusivista da cultura francesa, abre-se espaço para ampliação do espectro cultural ainda que com uma mudança na direção do olhar para a cultura alemã.

Para que se possa dimensionar a importância dessa mudança na direção do olhar, basta assinalar que a fundamentação de todo o pensamento jurídico brasileiro tem por base o direito romano-germânico. Mas, a isso se agrega a transição que se inicia no pensamento brasileiro da Escolástica que assinala o fim do período medievo da História do Ocidente para a Modernidade e suas questões centrais – a subjetividade, a cidadania tanto *bourgeois* quanto *citoyen*, e a Escola do Recife avança uma questão que somente ganhará espaço social/acadêmico no século seguinte, qual seja, a defesa feita, especialmente, por Tobias Barreto da *citoyenne*, começando pelo direito de voto feminino.

Aí, nos perguntamos: por que a Escola do Recife não consta nos currículos dos cursos de Filosofia no Brasil? Nesse campo, podemos ir de respostas simples de preconceitos, bairrismos a ilações, suposições até hipóteses de processos de dominações internacionais utilizando-se de projetos de forças hegemônicas nacionais. Tais como:

1. O bairrismo recifense faz com que o impacto inicial da Escola do Recife, seja mitigado, pela presença maior dos já citados sergipanos;

2. O preconceito de cor que faz com que Tobias Barreto não seja devidamente acolhido, tendo que exilar-se no interior do Estado;
3. A atitude tanto radical quando intransigente na luta pela abolição da escravidão perpetrada por Tobias;
4. A concentração do poder econômico e político no Sudeste-Sul com o consequente domínio das definições curriculares do sistema educacional brasileiro;
5. A escolha do eixo Rio de Janeiro-São Paulo como paradigma da cultura nacional, por apresentarem baixa resistência cultural à influência estrangeira;
6. A pauperização sistemática e intencional da população nordestina, não apenas econômico-financeira, mas cultural no sentido mais amplo, que aparece, por exemplo, nas produções televisivas (especialmente nas novelas da Rede Globo) num falar caricatural dos personagens nordestinos, ridicularizando a tal ponto que não esconde o propósito de induzir um sentimento de inferioridade, ainda que nenhum nordestino se reconheça naquele ‘falar’.

Por tudo isso e muito mais, na esfera de poder no âmbito nacional, se omite deliberadamente a imensa contribuição do povo nordestino na formação da cultura brasileira e, em consequência, se apequena a importância da Escola do Recife e se lhe exclui dos currículos do ensino de Filosofia.

Antes de dar por conclusa essa minha reflexão gostaria de trazer alguns excertos de Tobias Barreto, extraídos do seu “Um discurso em mangas de camisa”, porquanto, me parecem se coadunarem criticamente com a nossa realidade coetânea, permitam-me:

“Porém também é certo, senhores, que quando se evangeliza uma ideia nobre, por mais densa mesmo que seja a nuvem, em que ela venha envolvida, o gênio do povo se encarrega de penetrar-lhe no íntimo e conhecer, por instinto, o seu valor e o seu alcance.” (§ 3)

Seria essa a causa da permanente obstrução à disseminação do pensamento filosófico, seria essa a causa da exclusão sistemática da Filosofia dos currículos, de tal modo, que mesmo onde se permite o ensino de Filosofia se entrega esse ensino a pessoas pouco ou quase nada habilitadas, e que nas instituições de ensino superior, mais notadamente nos cursos de

Filosofia, se desvia intencionalmente o objeto da Filosofia para temas que a reduzem a mero discurso edificante?

Imaginemos, por um instante, que se em vez dos discursos ou, pior ainda, das narrativas pseudo filosóficas que grassam nos meios de comunicação social e até nas salas de aula pretensamente filosóficas, ouvíssemos a voz do filósofo:

“Disse uma vez o padre Lacordaire que a posição mais desfavorável ao orador é quando tem de falar a homens que comem; porém há outra, a meu ver, ainda mais desfavorável: é quando se fala a homens que têm fome, se não se trata dos meios de satisfazê-la, ou ao menos de moderá-la. Tal seria, por certo, a minha posição diante de vós, como iniciador da ideia de um *Clube Popular*, se me viesse à mente a singular lembrança de ocupar-me em outros assuntos, que não fossem os males da nossa vida política, o estado de penúria, e a pior das penúrias, a penúria moral, em que laboramos, o desânimo dos espíritos, a surdez das consciências, em uma palavra, todos os sintomas da doença que mata as nações, o *abandono de si mesmo*, o *esquecimento de seus direitos*, pela falta de justiça e liberdade, de que todos nós sentimo-nos sequiosos e famintos.” (§ 6)

Infelizmente, duas dificuldades se opõem a que possamos mudar o estado de coisas que desde seu tempo e ainda hoje se mantém:

1. “Entre nós, o que há de organizado é o Estado, não é a Nação; é o governo, e a administração, por seus altos funcionários na corte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios; não é o povo, o qual permanece amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo. [...] Os cidadãos não podem, ou melhor, não querem combinar a sua ação. Nenhuma nobre aspiração os prende uns aos outros; eles não têm nem força defensiva contra os assaltos do poder, nem força intelectual e moral para viverem por si; [...] Deste modo de viver à parte, de sentir e pensar à parte, resulta a indiferença, com que olha cada um para aquilo que pessoalmente não lhe diz respeito, e enquanto não chega o seu dia, contempla impassível os tormentos alheios, sem saber que, como disse o poeta:

A todos cabe o mal da humanidade

- De lágrimas e dor fatal convívio -,

E aquilo que um tomou sobre seus ombros

É para os outros verdadeiro alívio.” (§§ 7,8)

Diria que essa é uma leitura por demais realista e por demais igualmente dolorosa da situação em que nos encontramos, os poderes institucionais do Estado inteiramente tomados ideologicamente à serviço daqueles que de narrativa em narrativa aparelharam todas as instâncias e se esmeram em fazer com que o estado de miséria que os levou ao poder se perenize, por conseguinte:

2. “Vê-se, pois, que ainda entre nós há uma certa má suspeita contra a arte *diabólica* de ler e escrever”. (§ 29) Todo esforço e empenho que se tem feito no Sistema Educacional brasileiro está voltado para manter o analfabetismo, de modo geral, se pode até ensinar a soletrar algumas palavras e rabiscar o nome, ou ainda, no interesse do poder econômico formar técnicos – mão de obra para alimentar a riqueza nas mãos de poucos. Mas, o analfabetismo funcional não pode ser abolido, criam-se artifícios – política de inclusão, sistema de cotas, semelhantes em muito a “libertação” dos escravos, momento em que foram jogados na rua sem a nenhuma alternativa de sobrevivência, a não ser voltar para o antigo senhor, numa condição ainda pior porque não sendo mais propriedade dele, sua condição de saúde não lhe interessa para nada. Assim os beneficiários dessa “inclusão”, chegam no ensino superior, sem dominar minimamente a arte *diabólica* de ler e escrever, são apenas incluídos em um sistema de alienação ideológica, de servilismo a interesses alheios à sua dignidade existencial e ao exercício da cidadania.

Com efeito, em tal contexto a Filosofia só pode existir como filosofia disso, filosofia daquilo, até mesmo filosofia de time de futebol (quando o novo técnico assume e *diz a primeira coisa a fazer é mudar a filosofia do time*) mas não pode existir na sua autenticidade, na sua verdade de Ciência do Universal, cuja tarefa primeira é a tradução da realidade em Conceito, e nisso, desvelar as urgências do seu tempo e lugar, retirar as flores que cobrem as correntes da dominação, trazer à luz as questões mais relevantes, pois não como resolver um problema sem que se saiba que ele existe.

Como sói acontecer, uma conclusão quase sempre nada conclui, por isso, concluo com mais uma citação de Tobias Barreto, originalmente

escrita em alemão, idioma que ele aprendeu na solidão intelectual do município de Escada:

“Es giebt etwas Besseres und Bedeutenderes als in der Armuth und Noth des Augenblickes auf Jemandenz u rechnen, der uns aus der Bedraengniss zu helfen kommt; - es ist im Drange des nach Licht und Wahrheit strebenden Gedankens Jemandem zu begegnen, der uns denken hilft.” (Carta de 21 de outubro de 1882, ao Prof. Holtzendorff na Alemanha. In Obras completas de Tobias Barreto, Estudos de Filosofia, p.242).

“Existe uma coisa melhor e mais importante do que contar, na pobreza e necessidade do momento, com alguém que venha ajudar-nos a sair do aperto. Consiste esta, quando o impulso do pensamento se dirige para a luz e a verdade, em encontrar alguém que nos ajude a pensar.”

Referências

- Aristóteles – Ética a Nicômaco, livro I, In Coleção Os Pensadores. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril S/A Cultural e Industrial, 1973.
- Barreto, T. – Obras completas – Estudos de Filosofia / Tobias Barreto; organização Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: J. E. Solomon; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2013.
- Um discurso em mangas de camisa. Acessado em 24 de abril de 2025, em <https://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com/2014/07/um-discurso-em-mangas-de-camisa.html>.
- Hegel, G. W. F. Fenomenologia do Espírito. Trad. Paulo Meneses. 7 ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- Romero, S. – História da Literatura Brasileira, 7 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980.
- Saldanha, N. – A Escola do Recife. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Editora Convívio, 1982.